



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER

Rua João XXIII, n.º 1.137, - Bairro Village Waldemar Maciel, Rio Branco/AC, CEP 69.918-494

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 145/2024/SEMULHER

Processo nº 0762.017073.00002/2023-11

1. **OBJETO**

1.1. Esse Termo de Referência visa fornecer fundamentação e especificações para a **contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de material de consumo (miçanga, linhas, tesoura, isqueiro e agulhas)**, para fortalecer a economia das mulheres indígenas pertencentes ao povo Jaminawa, residentes na região de Brasília, por meio do fomento ao artesanato. Sua elaboração visa atender às demandas da Secretaria de Estado da Mulher - SEMULHER e suas unidades, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. **Fundamentação legal:** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos, **art. 75, inciso II.**

LOTE I			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade para registro
01	Miçanga Preto Fosco (23980) - Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Preto , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	15	
02	Miçanga Fosca Branca (03050)- Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Branca , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	15	
03	Miçanga Amarelo Fosco (83110)- Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Amarelo , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
04	Miçanga Amarelo Fosco (83130)- Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Amarelo , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
05	Miçanga Vermelho Fosco (93190)- Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Vermelho , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
06	Miçanga Vermelho Fosco (93210)- Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Vermelho , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
07	Miçanga Vermelho Fosco (93170)- Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Vermelho , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
08	Miçanga Laranja Fosco (93110)- Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Laranja , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas	5	
09	Minçanga Laranja Fosco (93140)- Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Laranja , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
10	Miçanga Verde Fosco(53210) -Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Verde , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
11	Miçanga Verde Fosco(53230) -Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Verde , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
12	Miçanga Verde Fosco(53250) -Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Verde , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	

13	Miçanga Verde Fosco(53310) -Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Verde, Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
14	Miçanga Azul Fosco(33020) -Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Azul , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
15	Miçanga Azul Fosco(33040) -Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Azul , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
16	Miçanga Azul Fosco(33050) -Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Azul, Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas	5	
17	Miçanga Azul Fosco(33060) -Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Azul , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
18	Miçanga Azul Fosco(33070) -Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Azul, Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
19	Miçanga Azul Fosco(33070) -Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Azul, Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
20	Miçanga Azul Fosco(33210) -Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Azul , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
21	Miçanga Marrom Escuro (13780)) -Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Marrom Escuro, Acabamento Fosco,Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
22	Miçanga Vinho Escuro Fosco(93310) -Tamanho 9/0 - 2,6 mm, Diâmetro do furo 0,80 mm, Cor Vinho Escuro , Acabamento Fosco, Material Vidro, Quantidade Aproximadamente 34.00 peças por embalagem, Peso 500 Gramas.	5	
LOTE II			
01	Linha Nylon- 0,20mm, Rolo com 100 metros, Transparente.	50	
02	Linha Crochê Anne- 500 metros por unidade, Tamanho Unico, Peso 147 gramas, Algodão Mercerizado. Cores: Preta, Branca, Amarelo, Vermelho, Laranja, Verde, Azul, Marrom, Vinho.	50	
03	Tesoura Escolar- 13, 5 cm, Cabo plástico, Lamina inoxidável, Ponta Redonda	25	
04	Isqueiro- Comprimento 2,5, cm. Largura 1,2 cm, Altura: 8 cm	25	
05	Agulha- Extra Longa, Numero 16, Medida 5,5 cm, Composição Aço Niquelada	40	

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. **A compra de materiais de artesanato para os cursos oferecidos aos Jaminawa se mostra essencial para fortalecer a economia das mulheres indígenas do povo Jaminawa, residentes em Brasília. Essa medida visa atender às demandas da Secretaria de Estado da Mulher - SEMULHER e suas unidades, proporcionando os recursos necessários para a realização de cursos de capacitação em artesanato, conforme delineado nos termos de referência.**

2.2. A urgência na contratação decorre da necessidade de promover a autonomia econômica das mulheres indígenas, bem como de preservar e valorizar sua cultura por meio do artesanato. A falta de acesso a materiais de qualidade compromete a eficácia dos cursos e, consequentemente, o desenvolvimento econômico e social das mulheres Jaminawa.

2.3. Considerando os princípios constitucionais de promoção da igualdade de gênero e valorização da diversidade cultural, a contratação direta se mostra como a forma mais adequada de garantir a rápida e eficiente disponibilização dos materiais necessários para os cursos. Além disso, a celeridade na tomada de decisões é fundamental para assegurar o cumprimento dos objetivos da SEMULHER em fortalecer a economia e promover o empoderamento das mulheres indígenas.

2.4. Orientando-nos pelos princípios constitucionais aplicáveis a Administração Pública, denota-se hodiernamente, uma incessante busca no cumprimento do Princípio Constitucional da Eficiência, onde um dos seus pilares é a celeridade nas tomadas de decisões de forma segura e com qualidade;

2.5. As políticas públicas para mulheres estão pautadas na defesa da dignidade de forma integral, através do suporte de forma solidária do Estado, em suas diferentes esferas e serviços, e a sociedade civil organizada, com o objetivo de combater todas as formas de violência contra a mulher e promover sua atenção integral, contribuindo para a inserção e a igualdade de acesso e de oportunidade para todas as mulheres na esfera econômica, política e social.

2.6. A SEMULHER promove cursos e incentivos para promover a autonomia econômica das mulheres, incluindo as mulheres indígenas, através de programas e projetos específicos. A realização desses cursos é fundamental para capacitar as mulheres, proporcionando-lhes habilidades necessárias para gerar renda e sustentar suas famílias de forma independente.

2.7. Neste sentido, na atual conjuntura, a articulação, a coordenação e a execução da política pública para as mulheres, incluído programas, projetos, serviços e ações de promoção, defesa e enfrentamento as diferentes formas de violência à mulher são executadas em nível estadual pela Secretaria de Estado da Mulher (SEMULHER).

2.8. A Secretaria de Estado da Mulher foi criada no dia 01 de março de 2023, através da Lei nº 4.085, de 16/02/2023, que incorpora a SEMULHER na estrutura básica da administração do Poder Executivo. Em seu artigo 47-A, que constituem áreas de competência da SEMULHER, a saber: I- políticas de promoção da igualdade de gênero e dos

direitos das mulheres; II- políticas para eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres; III- políticas de assistência e proteção social às mulheres; e IV- políticas educativas direcionadas à promoção da equidade e dos direitos da mulher.

2.9. Destaca-se que a execução das políticas públicas para as mulheres envolve a autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, garantindo justiça ambiental, segurança alimentar, direito à terra e moradia digna, entre outros direitos fundamentais. A aquisição de materiais de artesanato para os cursos oferecidos aos Jaminawa contribui diretamente para o fortalecimento da economia das mulheres indígenas, promovendo sua inclusão social e o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

2.10. A dispensa de licitação para essa aquisição é justificada pela urgência em atender às necessidades da instituição e garantir a continuidade dos programas de capacitação e incentivo à autonomia econômica das mulheres.

2.11. **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO POR LOTE**

2.12. Justifica-se a contratação por lote uma vez que é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência por manter a qualidade da aquisição pelo mesmo fornecedor, sem mudar a qualidade, haja vista que os itens fornecidos por uma só empresa, possibilitam a padronização dos itens. O gerenciamento do contrato, por sua vez, permanece a cargo de um mesmo administrador. A maior interação entre as diferentes fases da aquisição gera maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução do objeto em uma só empresa e concentração de garantia de resultados.

2.13. A contratação por lote diminuirá o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e todos os procedimentos que demandam despesas administrativas durante a vigência do contrato.

2.14. A orientação constante no acórdão TCU nº 491/2012 é de que o agrupamento não implique diminuição da competitividade.

3. **NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O Fornecimento desses Insumos a serem adquiridos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

3.2. **DA VIGÊNCIA**

3.2.1. O Termo de contrato terá como termo inicial de vigência a data de sua assinatura, e sua duração ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário.

3.2.2. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

3.3. **DA EFICÁCIA**

3.3.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

3.3.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

3.3.3. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

3.3.4. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

4. **FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

4.1. **LEGISLAÇÃO QUE PODERÁ SER APLICADA AO OBJETO:**

4.2. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos, **art. 75, inciso II.**

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.

5.2. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

5.2.1. Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

5.3. **DA AMOSTRA**

5.3.1. Não será exigida a apresentação de amostras.

6. **MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. **LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1.1. A entrega dos insumos será realizada nos locais a serem informados previamente, mediante Ordem de Fornecimento, nos horários e locais devidamente designados na Ordem de Fornecimento, emitida pela Secretaria de Estado da Mulher podendo inclusive serem requisitadas entregas em períodos simultâneos, a fim de atender à Secretaria de Estado da Mulher e suas unidades.

6.1.2. Os endereços para a realização das entregas serão informados no momento das solicitações, devendo o fornecedor beneficiário certificar-se da possibilidade ou impossibilidade de execução dos serviços.

6.1.3. A aquisição dos insumos necessários para os cursos será realizada de forma online, em sites específicos, conforme autorizado pela Secretaria de Estado da Mulher- SEMULHER

6.2. **CONDIÇÕES PARA ENTREGA:**

6.2.1. As aquisições serão em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

6.2.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

6.2.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

6.2.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.7. A empresa contratada ficará obrigada a trocar, imediatamente, os materiais que vierem a ser recusados, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE;

- 7.8. A Contratada assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento, mão-de-obra, necessário à boa e perfeita entrega dos materiais;
- 7.9. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros;
- 7.10. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 7.11. Efetuar a entrega dos materiais e ou serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de validade;
- 7.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.13. Substituir, corrigir, remover às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, os materiais com avarias ou com prazo de validade vencidos;
- 7.14. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 7.15. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 7.18. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 7.19. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 7.20. Exigir o cumprimento do objeto, segundo suas especificações, prazos e demais condições;
- 7.21. Acompanhar a entrega dos materiais e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;
- 7.22. Fornecer as instruções necessárias à entrega dos materiais e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços pactuados;
- 7.23. Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da contratada;
- 7.24. Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da entrega dos materiais;
- 7.25. Notificar a contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;
- 7.26. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 7.27. **FISCAL DO CONTRATO**
- 7.27.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 7.27.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
- 7.27.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;
- 7.27.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;
- 7.27.5. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;
- 7.27.6. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;
- 7.27.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
- 7.27.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.
- 7.27.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 7.27.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 7.27.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 7.27.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 7.27.13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 7.27.14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 7.27.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 7.27.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 7.27.17. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 7.27.18. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 7.27.19. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 7.27.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 7.27.21. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 7.27.22. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 7.27.23. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 7.27.24. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e
- 7.27.25. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.
- 7.28. **GESTOR DO CONTRATO**
- 7.28.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 7.28.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 7.28.3. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 7.28.4. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

- 7.28.5. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 7.28.6. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 7.28.7. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 7.28.8. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 7.28.9. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 7.28.10. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 7.28.11. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 7.28.12. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 7.28.13. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 7.28.14. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 7.28.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 7.28.16. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 7.28.17. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
- 7.28.18. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas
- 7.28.19. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões
- 7.28.20. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 7.28.21. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 7.28.22. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 7.28.23. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Serão necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo (art. 92, XIV da Lei 14.133/21).
- 8.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 249, § 4º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).
- 8.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada “se houver”, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.
- 8.4. O atraso na entrega do material para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.
- 8.5. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora (art. 334, § 5º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).
- 8.6. O licitante penalizado com as sanções de impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será registrado no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre, com registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS ou Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF após a comunicação ao órgão ou entidade promotora da licitação pelo órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção (art. 148, VIII, Parágrafo único, Decreto Estadual nº 11.363/2023).
- 8.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no edital.
- 8.8. As sanções previstas nas art. 156 §7º poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no inciso II, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/21.
- 8.9. Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 137, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 138, ambos da Lei Federal nº. 14.133/21.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 8.12. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.
- 8.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Secretaria Adjunta de Licitações - SELIC, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 8.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 8.15. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão solicitante, durante a execução do contrato.
- 8.16. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.
- 8.17. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.
- 8.18. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.
- 8.19. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada na SEMULHER, até o 48 (quarenta e oito) horas anterior à data prevista para a execução do serviço e ou fornecimento do materiais.
- 8.20. Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:
- 8.21. I - advertência;
- 8.22. II - multa;

- 8.23. III - impedimento de licitar e contratar;
- 8.24. § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.25. I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.26. II - as peculiaridades do caso concreto;
- 8.27. III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.28. IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.29. V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.30. § 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 8.31. § 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.
- 8.32. § 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 8.33. § 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 8.34. § 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade; II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
- 8.35. § 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
- 8.36. § 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.37. § 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O pagamento dos materiais efetivamente fornecidos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

9.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

9.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

a) Secretaria de Estado da Mulher SEMULHER

b) CNPJ nº . 49.869.110/0001-83

9.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

9.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

9.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

9.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Av. Getúlio Vargas, nº. 232 - Centro, Rio Branco - AC, 69900- 150, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

9.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

9.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

9.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

9.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

10. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. DA MODALIDADE

10.1.1. Dispensa de Licitação, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos, **art. 75, inciso II.**

10.2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.2.1. **Menor preço por LOTE.**

10.2.2. A opção de utilizar Adesão por meio de Dispensa de Licitação justifica-se pela necessidade de promover celeridade no que tange à aquisição pretendida, desde de que o processo agregue previsão quanto ao real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de aquisições e não existir outra forma, hábil, para se ter o objeto pretendido de acordo com a demanda da Secretaria de Estado da Mulher (SEMULHER) .

10.3. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

10.3.1. As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

10.3.2. O(s) atestados deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato, caso seja necessário, com quem emitiu o referido documento.

11. **QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA**

11.1. O licitante deverá comprovar através seu balanço, que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% do valor de sua proposta, na forma da lei, de acordo com art. 94 inciso XVI c/c o art. 96 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

11.2. O Microempreendedor Individual - MEI, participante do certame deverá apresentar a comprovação da receita bruta mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços na forma estabelecida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN, ficando dispensado da emissão do documento fiscal previsto no inciso I do caput do art. 26 da LC 123/2006.

12. **RESPONSÁVEL TECNICO E APROVAÇÃO**

Chefe do Departamento: Paloma Priscila Mota Sales

Portaria SEMULHER n.º22/2024

13. **AUTORIDADE SUPERIOR:**

[assinatura eletrônica]
KLEYBER SOUZA GUIMARÃES
Diretor Administrativo e Financeiro - DIRAF
Matrícula Funcional n.º 9210938-1
Decreto Estadual n.º 2.380-P, de 08 de março de 2023



14. **REVISADOR:**

[assinatura eletrônica]
MABEL CRISTINA SOUZA DE FREITAS
Chefe do Departamento de Compras e Gestão Contratual - DEPCGC
Matrícula Funcional n.º 9133186
Portaria SEMULHER nº 123/2023



14.1. O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador Técnico do Processo e autoridade Requisitante e autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no Decreto Estadual nº 6.092/2013 e a IN Conjunta nº 01/2014, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **PALOMA PRISCILA MOTA SALES**, Cargo **Comissionado**, em 15/04/2024, às 15:48, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0010519447** e o código CRC **352B8CE2**.